

IMIGRAÇÃO E USO DO TERRITÓRIO EM PEQUENAS CIDADES: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA PRESENÇA HAITIANA EM ANDRADAS (MG)

João Vitor de Freitas ¹
Gil Carlos Silveira Porto ²

RESUMO

Essa pesquisa tem como intuito discutir a vinda dos imigrantes haitianos para Andradadas (MG), investigando como a dinâmica espacial se alterou, e conseqüentemente, a maneira com que o território é ocupado. No município de Andradadas (MG), os haitianos vêm se concentrando e trazendo suas famílias desde o terremoto que devastou o Haiti em 2010. Dessa forma, o estudo desse fluxo migratório nos auxilia a compreender de que maneira é feito o uso do território por esses imigrantes haitianos. Para realização dessa pesquisa foi utilizado a revisão da literatura acerca da migração de haitianos para o Brasil, buscando entender como ocorreu a instalação desses indivíduos e como fazem uso dos novos território, e também, foi feita interlocução com diferentes autores, entre eles Santos & Silveira (2003), Souza (2021) e Porto (2021) para discutir a questão do uso do território por esses imigrantes haitianos. Embora não tenha sido possível realizar o trabalho de campo como programada por conta da pandemia do COVID-19, foi possível compreender na realização deste trabalho, como o uso do território pelos imigrantes haitianos está diretamente ligado às políticas adotadas pelo município e pelo próprio país, no uso do território como recurso, assim como as maneiras que os imigrantes haitianos usam do território, através da tentativa de uso como abrigo.

Palavras-chave: Haitianos, Uso do Território, Andradadas, Migração.

ABSTRACT

This research aims to discuss the arrival of Haitian immigrants to Andradadas (MG), investigating how the spatial dynamics changed, and consequently, the way in which the territory is occupied. In the municipality of Andradadas (MG), Haitians have been gathering and bringing their families since the earthquake that devastated Haiti in 2010. Therefore, the study of this migratory flow helps us understand how these people use the territory. Haitian immigrants. To carry out this research, we used a review of the literature on the migration of Haitians to Brazil, seeking to understand how these individuals settled and how they make use of the new territory, and also, dialogue was held with different authors, including Santos & Silveira (2003), Souza (2021) and Porto (2021) to discuss the issue of the use of territory by these Haitian immigrants. Although it was not possible to carry out the fieldwork as scheduled due to the COVID-19 pandemic, it was possible to understand how the use of the territory by Haitian immigrants is directly linked to the policies adopted by the municipality, in the use of the territory as a resource, as well as the ways in which Haitian immigrants use the territory, through the attempt to use it as a shelter.

Keywords: Haitians, Use of the Territory, Andradadas, Migration.

¹ Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas - MG, joao.freitas@sou.unifal-mg.edu.br.

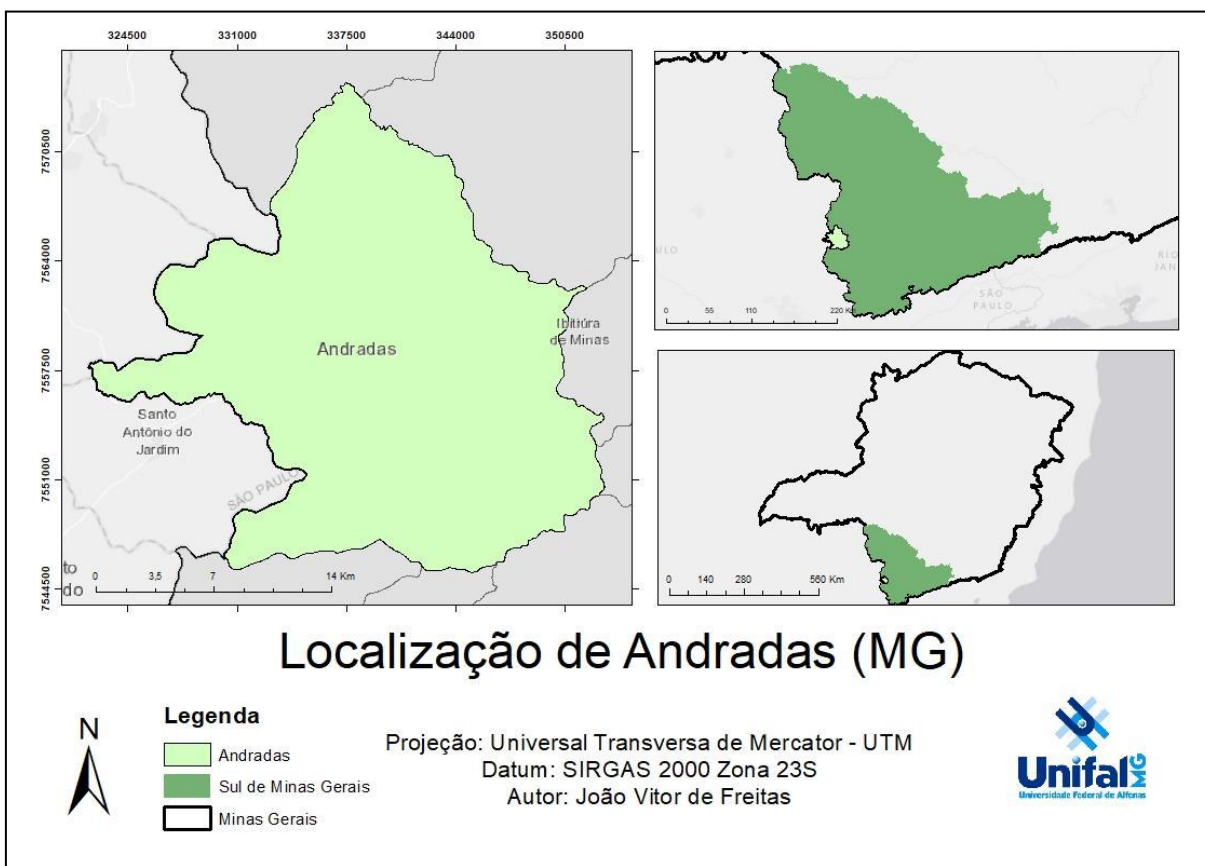
² Professor Adjunto I de Geografia Humana da Universidade Federal de Alfenas-MG, gil.porto@unifal-mg.edu.br.



INTRODUÇÃO

Andradas (MG) é um município localizado na mesorregião do Sul de Minas Gerais, na microrregião de Poços de Caldas (MG), sendo um dos 155 municípios que integram esse recorte regional tendo divisa com o estado de São Paulo, como é possível identificar a partir do Mapa 01.

Mapa 01 - Localização Geográfica do Município de Andradas (MG)



Fonte: IBGE, 2022.

O uso do território, categoria de análise da Geografia proposta por Santos (1999) e operacionalizada para explicar o Brasil por Santos & Silveira (2001), permite a compreensão de dinâmicas territoriais que mostram como certos grupos e instituições se inserem em um território por meio do seu uso. No caso desta pesquisa, o grupo abordado é de imigrantes haitianos residentes em Andradas (MG), uma das cidades mais dinâmicas do ponto de vista econômico no Sul de Minas Gerais.

Desde o terremoto ocorrido no Haiti em 2010, o Brasil vem recebendo uma forte onda migratória, e Andradas tem sido uma das localidades nacionais onde os imigrantes passaram a residir. A pesquisa buscou, através de um estudo de caso, explicar o modo como haitianos e haitianas se inserem no município e compreender se o uso do território, a partir da contribuição de Souza (2021), ocorre como recurso ou como abrigo.

Procurou-se contribuir com a discussão do conceito de território usado (SANTOS & SILVEIRA, 2001), complementada pela análise de Souza (2021), buscando apresentar uma base teórico-metodológica explicativa da realidade estudada. Em seguida, buscou-se operacionalizar o conceito de uso do território a partir da presença dos imigrantes haitianos em Andradas (MG), através das estratégias de sobrevivência por eles utilizadas, buscando evidenciar o uso do território como abrigo nesta cidade sul-mineira.

METODOLOGIA

Como já mencionado, a pesquisa abordou o modo como os imigrantes haitianos vêm fazendo uso do território no município de Andradas (MG) por um viés qualitativo, denotando assim a relação entre um uso do território como recurso que é combatido através do uso do território como abrigo levantado pelas estratégias de sobrevivência produzidas por esses imigrantes, utilizando do materialismo histórico dialético para compreensão das contradições presentes no espaço causadas pelas relações capitalistas.

A pesquisa foi dividida em quatro etapas. A primeira foi a discussão e o aprofundamento da categoria de análise Território Usado, criando uma interlocução com diferentes autores (SANTOS, 1999, 2000, 2004, 2009; SOUZA, 2021; PORTO, 2021) para trabalhar de maneira mais concisa o tema. A segunda etapa foi a discussão sobre a presença de imigrantes haitianos em Andradas (MG), debatendo-se como esse fluxo migratório, mesmo que relativamente recente, se caracteriza por uma intensidade que tende a crescer ou diminuir com o passar dos anos.

A terceira etapa consistiu em uma entrevista informal para complementar assuntos envolvendo a perspectiva dos haitianos sobre suas vidas em Andradas, feita via *WhatsApp*. Logo em seguida se fez a análise dos depoimentos de imigrantes no II Colóquio sobre Migrações e Espaço Geográfico (2020), organizado por docentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAL-MG. Por fim, nessa etapa foi realizada a análise da

reportagem de Meneghelli & Motta (2021), com participação de David Ossanto, imigrante haitiano fundador da rádio JHP (Jovens Haitianos Progressistas).

A quarta e última etapa da pesquisa consistiu justamente em relacionar as etapas acima citadas: trazer para os imigrantes haitianos em Andradas (MG) a questão do uso do território, debatendo a forma como ocorre o uso do território por esse grupo, se eles apresentam um uso do território como abrigo ou como recurso e, por fim, as técnicas que são utilizadas por eles para se aproximarem cada vez mais do uso do território como abrigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Antes de dar início ao território usado, precisa-se destacar o território. Dessa forma, território é uma categoria fundamental da geografia desde sua formação como ciência. Como afirma Santos (2004), o território está ligado a relações de poder em um determinado espaço, juntamente dos fatores históricos que correspondem à formação do território. Cabe compreender, portanto, que o uso do território é justamente a categoria de análise que aborda não somente a formação do território de acordo com a sua história, mas utiliza dessa informação para compreender como ocorre a formação do território momento atual, possibilitando assim a compreensão das dinâmicas territoriais e das técnicas para o uso do território.

Santos & Silveira (2001), no primeiro capítulo de seu livro, inferem que a confusão entre território e espaço constantemente ofusca o entendimento acerca do território. Cabe compreender, portanto, que o território corresponde a uma parcela do espaço onde ocorrem relações políticas de poder.

Sendo assim, compreender que o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2009), auxilia na compreensão de como o território usado não pode ser tratado apenas como uma questão acerca da constituição de um território, pois também deve ser levado em conta em sua análise a ação humana e todo seu trajeto histórico. De tal maneira, a construção espacial e social não podem ser trabalhadas separadamente (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação *sistemas de engenharia*, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço

normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, justamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 21).

Como se identifica acima, Santos e Silveira (*Idem*) também discorrem acerca dos movimentos da população. De acordo com os autores, a questão do povoamento, principalmente no viés da ocupação econômica e dos sistemas de movimentos dos homens, fazem parte da categoria de análise do uso do território. Isso nos permite compreender que a questão da migração está diretamente ligada ao estudo do uso do território, e dessa forma, é necessário compreender as questões que envolvem tanto o território quanto àqueles que habitam e desenvolvem relações sociais nesse território.

Também é compreensível como o território condiciona as ações dos atores (SANTOS & SILVEIRA, 2001), sendo assim, o território é responsável por possibilitar ou não certas ações. Para melhor compreender isso, a questão dos haitianos serve como exemplo. Em um território no qual suas ações e uso são limitados (neste caso, os territórios de origem), muitas das vezes os indivíduos preferem migrar para outros territórios onde acreditam, que há oportunidade para realização de tais ações, como oportunidades de emprego, por exemplo.

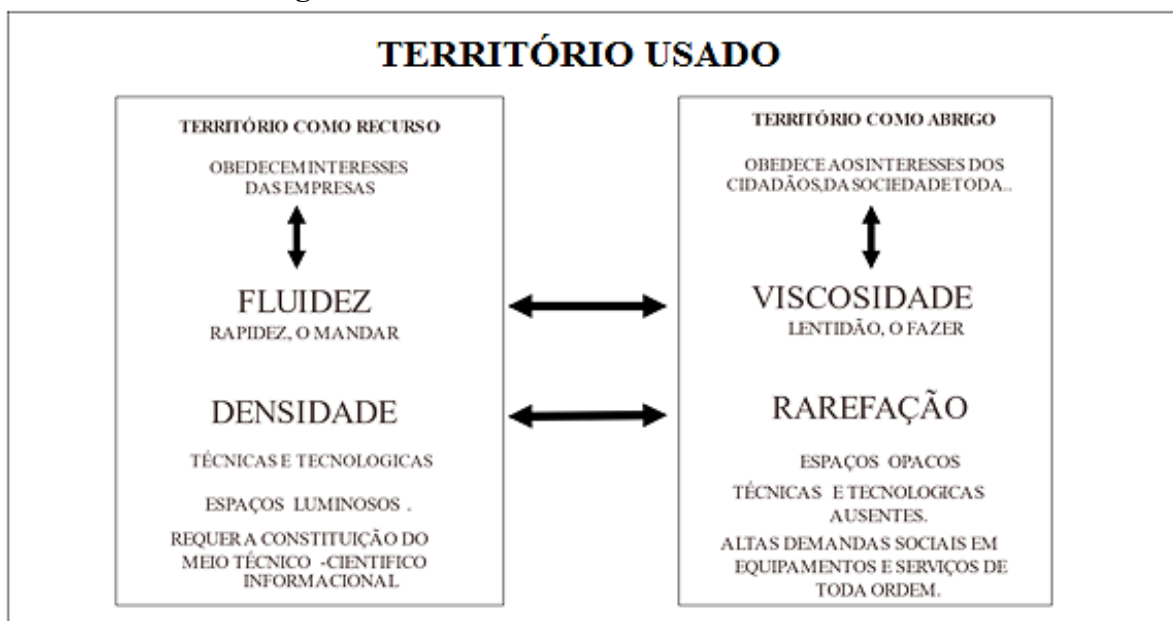
Santos (2000) também afirma em sua obra como, em uma sociedade local, a maneira como o território é usado irá reger as manifestações da vida local. Dessa forma, Souza (2021) afirma que o território só existe quando usado, pois as relações do mundo globalizado fragmentaram o território, e dessa forma, cada fragmento possui diferentes aspectos, não podendo ser classificado apenas como um “espaço de poder administrado definido por uma linha imaginária”.

Esse processo crescente do mundo globalizado resulta em três impactos no espaço geográfico, sendo eles a sobreposição espaço-tempo, que ocorre devido ao acelerado fluxo material e imaterial do Meio Técnico Científico Informacional (MTCI), a unicidade de uma técnica para todo o planeta, que remete a influência econômica e política de países hegemônicos pelo mundo e por último, uma mais valia-mundial, resultante dos outros dois fatores (SOUZA, 2021).

Como afirma Souza (2021), Milton Santos também trabalha com dois conceitos chaves, que são de extrema importância para pode-se compreender o uso do território. O primeiro conceito abordado é o de território como recurso, onde empresas multinacionais, com suas próprias normas, utilizam do território (que por teoria pertence à todos) para o seu interesse próprio, promovendo a exploração típica do capitalismo no mundo globalizado.

O segundo conceito é o de território como abrigo, ou seja, o território banal, àquele que pertence a todos, e como destaca Souza (2021) é um direito inalienável à existência. Dessa forma, o território como abrigo permite o uso do território por todos, e dentro da temática trabalhada, pelos imigrantes haitianos, ao contrário do que é oferecido pelo território como recurso. Na Figura 01, é utilizado uma elaboração de Souza (2021) para melhor exemplificar as questões tratadas acerca do uso do território.

Figura 01: Território Usado de acordo com Milton Santos



Fonte: Souza, 2021.

Dessa forma, Souza (2021) destaca que o espaço é uma “instância social”, e por isso, não podendo ser produzida, ou seja, a função de produção cabe ao território usado. Dessa maneira, ao contrário do que afirma Santos (1985), o espaço não pode ser produzido, e dessa forma, o uso do território constitui um conceito derivado, onde ele sim pode ser organizado, alterado, pois depende diretamente das dinâmicas da formação socioespacial.

Já o território usado depende das dinâmicas das formações socioespaciais – aqui Milton Santos vai além de Marx, de seu conceito de formação econômica e social. Aí está a genialidade de Milton Santos e o estatuto de ciência social rigorosa que ele atribuiu à Geografia. As pessoas são vítimas da sua inserção em uma classe social baixa que repercute onde e como elas vivem, moram: são historicamente determinadas (SOUZA, 2021, p. 103).

Para Souza (*idem*) o lugar também é uma categoria de análise que está diretamente atrelada ao uso do território. Ao se compreender o lugar como “espaço do acontecer solidário”, ou seja, que remete ao sentido coletivo, de todos, e principalmente da realização do interesse coletivo, o uso do território como recurso acaba impedindo com que o significado de lugar seja posto em prática.

A autora ainda afirma que todo uso nasce de um lugar (SOUZA, 2021), e portanto, faz parte de um “espaço solidário”. Ao refletir nessa perspectiva, cabe compreender que o lugar pertence a todos, porém o uso excludente gerado pela fluidez do capital no mundo globalizado causa exclusão de certos grupos, através da influência cultural e da mais-valia.

É possível compreender como Souza (2021), ao trazer a discussão para urbanização no Brasil, esclarece que as políticas (outro elemento no uso do território), muitas vezes priorizam o capital em detrimento da necessidade dos brasileiros. Destaca que se inicia portanto a criação de espaços luminosos (modernização incompleta em direção à Amazônia meridional, onde ocorre um impulso no investimento econômico mundial) e opacos (como no caso do Nordeste, que encontra uma população necessitada de serviços básicos, por exemplo) no Brasil, impulsionado pelas políticas e limitações no uso do território.

O território como recurso em ação, em detrimento do território como abrigo, é o de todos os brasileiros, de todas as instituições e organizações, e não apenas das grandes empresas, que se valem da Constituição Federal apenas como norma para seus negócios e interesses, símbolo triste e constante do nosso pacto federativo (SOUZA, 2021, p. 113).

Cabe explicar, portanto, o que Santos & Silveira (2001) denominam como espaços densos, rarefeitos, luminosos e opacos. Dessa forma, a densidade do espaço, como afirmam os autores, não está relacionada somente com a questão numérica, pois remete a necessidade de uma análise mais profunda sobre tal densidade. Assim, afirmar através de números, apenas, a densidade de imigrantes haitianos em Andradás (MG) não nos permite compreender de fato o motivo de tal densidade.

A densidade deve deixar de ser apenas uma sobreposição de informações, e dessa forma, deve-se compreender que a densidade do espaço está diretamente ligada ao espaço quando analisa-se a densidade de informação, mobilidade e técnicas (SANTOS & SILVEIRA, 2001), que nos permite compreender como tal espaço se desenvolveu historicamente e qual seu papel no atual mundo globalizado.

Dessa forma, classificar um espaço como rarefeito é atribuir, justamente, uma escassez ou uma falta de desenvolvimento concreto de técnicas, informação e mobilidade. É possível identificar em países como o Brasil, espaços densos (como São Paulo, por exemplo), assim como espaços rarefeitos, como certas regiões do Nordeste.

Na realidade, o exame do território permite referir seja as densidades das coisas naturais (por exemplo, florestas, vegetação, forma de relevo, etc.) e das coisas artificiais seja as próteses acrescentadas à natureza. O território mostra diferenças de densidade quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 260).

Quando se trata da questão dos espaços luminosos e opacos, acrescenta-se um foco a esse debate à mobilidade. Para Santos & Silveira (idem), espaços luminosos são aqueles que concentram, ou seja, que acumulam uma densidade técnica e informacional, sendo atrativo para atividades que possuem enfoque no capital, tecnologia e organização. Desse modo, os espaços opacos seriam aqueles que não possuem essas mesmas estruturas.

Ao trazer essa questão para a migração, é importante lembrar que a Globalização, como afirma Santos (2000), está diretamente ligada à geração de uma competitividade criada pelo capital, e isso é causa de desemprego, pobreza, entre outros. Isso significa que a competitividade global acaba trazendo para certos países uma falta de estruturas que, para os habitantes, não podem ser sanadas.

A migração, portanto, está diretamente ligada à densidade tecnológica e informacional de um espaço (nesse caso, de um país) e, por isso, a estrutura presente em países luminosos acaba os tornando mais atrativos para imigrantes, que no caso dos haitianos, buscam por emprego, representando a mão de obra migrante saindo espaço rarefeito e opaco, buscando uma melhora na qualidade de vida nos espaços densos e luminosos.

É importante compreender, que apesar da constituição desse espaço opaco, onde ocorre falta de investimento e ausência do Meio Técnico Científico Informacional (ou onde ele não chega com toda sua materialidade), é onde estão os homens lentos e pobres, que se encontram nessa situação pelo uso do território como recurso, levando o orçamento que deveria ser destinado a esses indivíduos, para as grandes empresas (agrícolas ou urbanas) e para as classes média e alta (SOUZA, 2021).

Esse uso do território excludente e seletivo que se presencia no Brasil durante o atual período da globalização, remete portanto à políticas governamentais que cada vez mais

remetem ao uso do território “para os que podem”, deixando de fora grupos como os imigrantes, por exemplo.

Outro interessante levantamento feito por Souza (2021), é que no território brasileiro, alguns vivem em partes regidas pelo uso do território como recurso, enquanto alguns vivem em partes regidas pelo uso do território como abrigo. Cabe destacar que os imigrantes haitianos, muitas vezes, se encontram no uso do território como recurso, onde possuem sua mão de obra explorada pela dinâmica do MTCI.

A privação das pessoas do uso do território, portanto, deve ser compreendido como uma privação de viver, de existir e também participar da vida social do território usado. Quando um país, estado ou até município não permite a inserção desses indivíduos, seja por falta de infraestrutura, seja por um uso do território como recurso, faz com que tais indivíduos não consigam usar o território, e não consigam determinar seu lugar.

Souza (2021) também faz uma interessante discussão acerca do regionalismo, e de como a região, na questão do planejamento (e consequentemente, no uso do território), é uma alternativa para melhor reger os usos do território, pois cada região do Brasil possui uma diferente necessidade, e dessa forma, precisa ser tratada de maneira a resolver esse problema.

Por outro lado, o governo territorial, ainda que com poder político regulado, dadas as circunstâncias atuais da história do Brasil, é profundamente pedagógico para a população, que passará a prestar mais atenção às suas necessidades e sem dúvida fiscalizará melhor o atendimento que lhe for oferecido pela distribuição dos equipamentos e serviços de interesse coletivo feito pelo setor público e mesmo privado. A população, é bom que se diga, é a principal orientadora do mercado (SOUZA, 2021, p. 129).

Discutir essa questão levantada pela autora remete justamente ao estudo do uso do território por imigrantes haitianos. Os problemas dos imigrantes haitianos não são resolvidos com investimentos externos ou aberturas de multinacionais no país. A falta do uso do território como abrigo, causada pela maneira com que o Estado lida com o território, faz com que esses imigrantes haitianos sintam uma exclusão nessa dinâmica, como será apontado mais adiante com Porto (2021).

Kahil (2021) aborda a questão política no uso do território, levando em conta que a política, assim como os elementos do uso do território, só acontecem em um espaço de todos, um “espaço solidário”. Logo no início de seu escrito, discute a existência de duas dimensões políticas: a horizontal e a vertical. A dimensão política vertical remete às ações políticas no

espaço que são regidas pelo interesse hegemônico, ou como destaca a autora, pela competitividade em escala global (KAHIL, *idem*).

Ao falar sobre uma dimensão política vertical, com um sentido de hierarquia, remete-se ao uso do território como recurso, citado por Souza (2021), onde o interesse político está voltado para atender a necessidade das grandes empresas, nacionais e multinacionais, e dos indivíduos que se encaixam na dinâmica gerada pelo MTCI. É possível, portanto, que o governo de Andradas (passados e atual), tenha ao longo da formação territorial do município, criado políticas para que o território ali fosse usado como recurso.

Assim, ao falar sobre horizontalidade das ações políticas, ou seja, não tratar as políticas de acordo com uma hierarquia, onde um indivíduo é mais importante e mais necessitado que outro, pois estão todos na mesma linha horizontal, se fala do uso do território como abrigo (SOUZA, *idem*). Para que realmente considere-se o uso do território como algo comum, de todos, é preciso compreender que os interesses políticos devem satisfazer as necessidades de todos, e não apenas dos que fazem parte da “fluidez” do mundo globalizado.

Quando afirma-se que o uso do território depende de uma existência prévia de um lugar (SOUZA, 2021), ou seja, um local com valor social e político coletivo (onde todos podem fazer parte), compreende-se que cada vez mais o uso do território é um direito de todos, e dessa forma, cada vez mais se faz necessário ações políticas horizontais para que se alcance o uso do território como abrigo.

Portanto, Kahil (2021) afirma que, através da lógica global e lógica local, é que se produz um novo lugar, e dessa forma, um novo arranjo territorial, por meio do uso do território, como se pode identificar através da igreja por eles fundada em Andradas (MG), por exemplo. A constituição desses novos arranjos territoriais é um direito de todos os indivíduos, que muitas vezes é ofuscado pelo interesse do capital externo, potencializado pela globalização.

É preciso também entender, portanto, que a política, associada com a vontade do Estado, não pode somente atender ao interesse global, como acontece nos dias de hoje. Cada vez mais o território é sujeito ao uso como recurso, a ideologia dos países hegemônicos é implantada, através da cultura, por exemplo, excluindo cada vez mais aqueles que tentam fazer parte dessa dinâmica e não conseguem.

Sob domínio da política feita pelo mercado global, que de certa forma existe somente como ideologia, como símbolo daquela esfera em que os atores são mesmo

as empresas globais, o Estado obedece aos seus reclamos, adaptando e instrumentalizando o território rapidamente para melhor servir às necessidades de fluidez e competitividade das empresas (KAHIL, 2021, p. 49).

Como é destacado, um bom exemplo para compreender a questão da verticalidade e da horizontalidade, é a cultura. A influência de países hegemônicos vai além da política e economia, se estendendo para cultura, onde uma cultura adotada verticalmente coloca as características da cultura hegemônica em um patamar superior às demais, deixando de lado ou até causando preconceitos por aqueles que não as adotam (ou não as adotam por completo), como no caso dos imigrantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar a discussão do tema proposto, o presente trabalho possui análises feitas a partir de leituras organizadas durante o período da pandemia do COVID-19 (mais precisamente no final de 2021 e início de 2022). Desse modo, a falta de empiria se explica justamente pela impossibilidade de realização de trabalhos de campo durante o período citado.

Retornando o debate ao Sul de Minas, um exemplo dessa resistência ao uso do território como recurso em Andradas (MG) é a presença da Igreja Pentecostal do Milagre Haitiano, fundada por Louis. A igreja, que prega cultos tanto em francês quanto em crioulo (FREITAS & PORTO, 2021) demonstra como através de sua cultura, conseguem usar do território de um modo mais próximo ao uso como abrigo.

Dessa forma, tanto o exemplo de David quanto de Louis servem para exemplificar o que discute Kahil (2021), onde a resistência não é apenas poderem manter características do uso do território de seu país de origem (como por exemplo, os cultos e as músicas), mas também resistirem ao uso do território como recurso, ou seja, não viverem apenas a custo do trabalho, da produção desenfreada capitalista, mas também terem chance de usar o território como abrigo, como válvula de escape da vontade do capital.

É possível, porém, identificar o uso do território (ou a tentativa) como abrigo, através de uma empirização do uso do território pelos imigrantes haitianos em Andradas (MG). Esses processos de usos se dão das mais diversas formas, porém se manifestam mais através de instituições, como por exemplo a Igreja Pentecostal do Milagre Haitiano, da qual Louis Delhomme Desinord, haitiano em Andradas desde 2014, é pastor e conduz cultos no município.

Outro exemplo disso foi a comemoração do Dia das Mães realizada pelos imigrantes haitianos em Andradas (ANTV, 2019). No último domingo de Maio, os imigrantes haitianos comemoram esse feriado, e através da reunião para realização dessa atividade que é interpretado em suas línguas de origem (francês e o crioulo), esse grupo cria um lugar de interação entre eles, através de sua cultura, que resulta em um uso do território comum para todos ali presentes, ou seja, um uso do território como abrigo. Na Figura 02, é possível identificar o evento sendo feito, assim como a participação de vários haitianos.

Figura 02: Celebração do Dia das Mães pelos imigrantes haitianos em Andradas (MG).



Fonte: ANTV, 2019.

Também é interessante mencionar outro caso possível de se identificar em Andradas. No município, é cultivado pela comunidade haitiana mas principalmente por Emanuel Neleveil, o feijão Guandu, que de acordo com eles, é uma plantação recorrente no Haiti, podendo ser preparado de diversas maneiras. O terreno utilizado por Emanuel é da prefeitura, que no momento por não estar sendo utilizado, é o local do qual cultivam esse feijão.

A importância do caso de Emanuel está no entendimento de que, através da plantação de feijão, esse haitiano constitui um lugar, onde tanto haitianos quanto andradenses estabelecem relações sociais. Dessa maneira, ocorre o uso do território, e como o próprio Emanuel afirma, aqueles feijões são para todos que quiserem pegar, sendo assim, é um uso do território comum, remetendo novamente ao uso do território como abrigo. Na Figura 03,



pode-se ver Emanuel e Ciane Censi, haitiana e dona de casa, que juntamente de Emanuel cuidam da plantação do feijão Guandu.

Figura 03: Emanuel Neleveil e Ciane Censi colhendo o feijão Guandu.



Fonte: ANTV, 2020.

De tal maneira, Porto (2021) reforça como o território usado não tem uma formação dissociada, e sim envolve uma série de questões. Reforçando o que já foi tratado por Souza (2021), destaca Porto (*idem*) que o território é usado por empresas nacionais e multinacionais, homens e mulheres, que em todos os níveis sociais, agem no meio socioespacial, no chamado de espaço banal, o espaço de todos (PORTO, 2021). Desse modo, o território é múltiplo, possuindo diversos recursos, desde riquezas até uma forma de abrigo para necessitados, como os refugiados, a título de exemplo.

Ao ser usado por firmas, empresas globais e instituições diversas, o território é um recurso disponível para a produção de riquezas, ao passo que ao ser usado pelos homens e mulheres lentos, pelos “de baixo”, pelos pobres e pelos migrantes que buscam melhoria de vida em outros países, o território se constitui em abrigo. Ou seja, de um lado o território pode ser considerado como recurso, e de outro como abrigo, conforme destacou Santos (2000) alicerçado nas ideias do geógrafo francês Jean Gottman (PORTO, 2021, p. 12).

Quando se analisa o trajeto feito por imigrantes haitianos para sua chegada ao Brasil, as diferentes rotas e diferentes possibilidades para entrada no país, é possível identificar que

todo o processo migratório consiste em um vasto uso do território. Ao buscar abrigo ou melhores condições de vida, esses imigrantes haitianos entram em contato com o território, e através de suas relações sociais, culturais e econômicas com os indivíduos e com o espaço propriamente dito, fazem uso do território (PORTO, 2021). Dessa maneira, o estudo de migração e uso do território é indissociável.

Porém, como aponta Porto (*idem*), a motivação para esse trajeto socioespacial feito pelos imigrantes se dá principalmente pela negação do uso do território em seus países de origem, principalmente nos casos de refúgio. É necessário também compreender que o uso do território também está ligado à capacidade que o país tem de oferecer amplo uso do território. Dessa forma, pessoas em condições precárias sentem que o país de origem não pode oferecer plena capacidade de uso do território para atingir a satisfação de suas necessidades ou mesmo viver com segurança, como os refugiados e asilados.

[...] o uso do território nos países de origem não se caracteriza pelo risco de uma interrupção ao uso do território, por conta do risco de morte, mas o território usado nessas sociedades não garante a satisfação das necessidades almejadas pelos migrantes. São necessidades de estudo, trabalho e consumo que almejam conseguir nos países de destino. É provável que identifiquem em suas localidades de origem a impossibilidade de usar o território de maneira cidadã e sem conflitos (PORTO, 2021, p 13).

Porto (2021) também identifica um interessante ponto. O uso do território no Brasil, portanto, deveria atender as necessidades dos imigrantes haitianos, ou seja, deveria dar total possibilidade de uso do território para os mesmos, mas como apontou o autor, muitos imigrantes que vem para o Brasil (não somente haitianos), reclamam da dificuldade de inserção no território brasileiro.

É preciso compreender que as dificuldades trazidas ao do território estão diretamente ligadas às questões políticas também, e desse modo, as políticas brasileiras em relação aos imigrantes torna mais ou menos difícil o acesso ao uso do território. Um exemplo citado por Porto (2021) é a dificuldade de conseguir a documentação por esses imigrantes, que torna sua vida no Brasil e seu uso do território, limitado.

Outro importante fator levantado por Porto (*idem*), é a questão relacionada à discriminação étnico-racial e o uso do território. O uso do território depende completamente da inserção do indivíduo tanto nas relações do próprio território quanto nas relações sociais do mesmo. Dessa forma, racismo e xenofobia se tornam empecilhos para que o território usado de fato seja concretizado. Infelizmente, isso é algo recorrente na vida dos imigrantes

haitianos, sendo que muitos relatam sentir os primeiros sinais de preconceito quando chegam ao Brasil.

Porém, como ressalta Porto (*ibidem*), é de extrema relevância reconhecer que os imigrantes haitianos, ao se depararem com tantos obstáculos, criam suas próprias maneiras de usar o território. Como aponta o autor, as maneiras que encontram para driblar tais obstáculos, são através de criação de empresas, instituições como as igrejas evangélicas e associações, que permitem que usem o território, apesar das situações adversas que lhe são impostas. Isso é um exemplo das horizontalidades, que marcam o uso do território como abrigo, característica apresentada na Figura 03.

Para andar com a discussão para o uso do território por imigrantes haitianos em Andradas (MG), deve-se manter o pensamento que, mesmo em territórios usados como recurso (que é recorrente no Brasil), como aponta Porto (2021), esses imigrantes haitianos criam resistências, ou seja, criam suas próprias maneiras de usar o território, que vão contra o que é empregado pela cultura imposta pelos países hegemônicos e, dessa forma, os permite chegar cada vez mais próximos do território usado como abrigo.

Ao pesquisar sobre a qualidade de vida dos imigrantes haitianos no município de Andradas (MG) foi possível compreender, portanto, como as políticas adotadas pelo município incluem ou excluem esses imigrantes haitianos, se o governo municipal dá condições de fato para que usem o território de maneira cidadã. Um dos dados levantados pelos autores é o da moradia, onde muitos dos haitianos que migram para Andradas acabam morando em moradias coletivas, para evitar gastos excessivos e enviar remessas para suas famílias. Identificou-se também que nas políticas de governo, não foram encontradas especificidades que atendessem as necessidades desses migrantes e suas famílias. (FREITAS & PORTO, 2021).

Essa questão pode claramente auxiliar a compreender como, no dinamismo da globalização e da fluidez do Meio Técnico Científico Informacional (MTCI), as remessas são mais valiosas do que a própria condição de vida do trabalhador. Essas condições, associadas à estrutura do trabalho por imigrantes haitianos em Andradas (MG), nos remete justamente à questão do uso do território como recurso.

Além disso, outra variável que cabe ser discutida é a educação. Como aponta Freitas e Porto (*idem*), a Secretaria de Educação de Andradas não possuía ciência do número de imigrantes haitianos que ingressaram na Educação de Jovens e Adultos (EJA), já que os

primeiros que chegavam eram homens adultos, que buscavam terminar seus estudos. A falta desse número cria o questionamento: como sabem das necessidades desses imigrantes haitianos, se nem mesmo possuem o controle do número de estudantes?

Essa pergunta portanto, ressalta um argumento levantado por Souza (2021), onde o uso do território, voltado para o uso de empresas nacionais e internacionais, assim como o favorecimento de investimentos para classe média e alta, faz com esses indivíduos que não fazem parte da fluidez do mercado não apareçam nem sequer, nos dados da prefeitura. A importância de compreender isso está em concluir que o uso do território como abrigo não é uma realidade almejada pela prefeitura do município de Andradas (MG).

Quando utiliza-se o termo “limitação” para o uso do território, refere-se justamente a isso. Quando o território é usado como recurso, em detrimento de um uso do território para todos, alguns indivíduos como os imigrantes haitianos se limitam a apenas certas interações, para que justamente não deixem de fazer parte desse uso do território como recurso, que no mundo globalizado, faz com que as pessoas cada vez mais dependam do capital.

Por isso, quando Porto (2021) afirma que os imigrantes internacionais e refugiados lidam com situações de limitação ao uso do território, criam suas próprias maneiras e estratégias de usarem o território. Infelizmente, essas limitações não são apenas no trabalho em si. Política, cultura, lazer, economia, todas essas questões, quando inseridas em políticas verticalizadas (KAHIL, 2021), em uso do território como recurso (SOUZA, 2021), fazem com que o imigrante haitiano não seja capaz de usar de maneira completa, ou seja, da maneira com que bem querem o território.

Mas se o lugar antecede ao uso do território e é formado por todos, por que ocorre essa fragmentação do uso do território? Justamente pois a não existência de políticas promovidas pela prefeitura de Andradas (MG) para atender a esse grupo demográfico, por exemplo, acaba fazendo com que esses indivíduos não sejam introduzidos completamente na dinâmica socioespacial de Andradas (MG), embora não estejam inertes diante dessa situação.

Uma das maneiras de resistência e tentativa de inserção no uso do território pelos imigrantes haitianos, é a criação de instituições, como as igrejas evangélicas. Como mostra Freitas & Porto (2021), o caso de Louis destaca como essas instituições auxiliam na inserção do imigrante haitiano no território andradense.

Ainda em relação ao uso do território, cabe ressaltar o papel que têm os templos religiosos nesse processo. Instituições como a Igreja Pentecostal, por exemplo, ou

como dito por Louis durante a entrevista, as diferentes igrejas pentecostais montadas pelos haitianos, fazem com que eles se locomovem e frequentem locais onde realmente acontecem reuniões e relações entre eles e os demais habitantes do município, que não aconteceriam caso elas não se apropriassem desses lugares (FREITAS & PORTO, 2021, p. 6).

Essa informação é essencial para que se compreenda como, apesar das dificuldades apresentadas no uso do território pela gestão feita pelo próprio município, os imigrantes haitianos ainda encontram maneiras de usar o território e expandirem para o restante do município, sua cultura, sua história, entre outros. Isso faz com que cada vez mais eles tenham o mais próximo possível de uma experiência de território como abrigo. A interação cultural dos imigrantes haitianos os aproximam dos andradenses e possibilita cada vez mais seu uso do território.

Também é necessário fazer um esforço para que se possa compreender o uso do território como recurso e o uso do território como abrigo, em certas ocasiões, ocorrem juntos. Para melhor abordar essa questão, é preciso olhar de uma maneira geral, como ocorre o uso do território em Andradas (MG). O município possui uma grande produção de biscoitos, por conta das fábricas que produzem esse bem, muito presentes no município, e que são reconhecidas por toda região. A produção de rosquinhas necessita de uma quantidade considerável de mão de obra, que no caso, não vem apenas dos Andradenses.

Como afirmou um dos imigrantes haitianos, de 39 anos, em uma entrevista informal conduzida no de 2020, as fábricas de rosquinhas de Andradas (MG) empregam uma grande quantidade de mulheres haitianas, que trabalham no setor produtivo. De acordo com ele, algumas haitianas reclamam de certos preconceitos sofridos por serem haitianas, assim como uma jornada muito exaustiva de trabalho.

O grande número de fábricas de rosquinhas em Andradas (MG) remete portanto, a um incentivo municipal para essa produção, visando o lucro que pode oferecer para cidade, tanto na produção quanto no turismo por exemplo, pois o fato de ser referência na produção de rosquinhas acaba atraindo pessoas para o município. Dessa forma, compreendendo que existe uma jornada exaustiva de trabalho e preconceito, é fato que a prefeitura de Andradas (MG) faz, através de políticas verticalizadas, um uso do território como recurso.

Porém, mesmo com o uso do território como recurso, esses imigrantes haitianos ainda fazem seu uso do território como abrigo. Isso é possível através da relação que possuem com sua cultura, pois através dela conseguem se inserir na dinâmica social andradense, e através

de instituições como a Igreja anteriormente citadas, conseguem uma chance de usar o território, dessa forma, como abrigo.

Essa falta de preocupação com os imigrantes haitianos pela prefeitura de Andradas implica na questão do uso do território. Como afirma Souza (2021), é necessário que políticas públicas atendam às diferentes necessidades do território brasileiro. Isso se aplica também a políticas municipais, onde tais políticas precisam atender as necessidades dos diferentes grupos que habitam neste município.

Portanto, é preciso compreender que apesar do uso do território como recurso estipulado pela prefeitura andradense, a maneira com que os imigrantes haitianos interagem entre si e com os andradenses através de sua cultura e religião, faz com que se aproximem cada vez mais do uso do território como abrigo, que implica em um uso do território que envolve a todos. Assim, mesmo inseridos na dinâmica capitalista da produção, onde a verticalização é presente, ainda são capazes de encontrar meios horizontais, logo, de produzir horizontalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração internacional ocorre de maneira ampla em todo o mundo, e a cada momento surgem novos movimentos migratórios. Os haitianos em Andradas são um exemplo desse avanço constante da migração instigado pela globalização perversa apontada por Santos (2000). Dessa maneira, cada vez mais vemos esses grupos se expandirem, e nos municípios que habitam pouco são conhecidos.

Desse modo, entender o constante crescimento de imigrantes haitianos em Andradas traz consigo a necessidade de envolvê-los e de atender às suas necessidades numa cidade pequena. Compreende-se que cada vez mais as políticas feitas pelo Estado deveriam promover a esses imigrantes uma aproximação do uso do território como abrigo.

Mas é extremamente necessário ressaltar, como aponta Porto (2021), que os imigrantes haitianos, ainda que vivendo em um território que não os trata como indivíduos integralmente, fazem uso do território através de suas estratégias de sobrevivência produzidas e desenvolvidas. Também cabe destacar que esse tipo de pesquisa tem potencial para que se possa compreender, através do uso do território, questões como a qualidade de vida desses e



de outros grupos de imigrantes, que acabam sendo deixados de lado pelo município, mas que, sem dúvida, são partes fundamentais dele.

REFERÊNCIAS

ANTV. **Associação dos Haitianos celebra o Dia das Mães no Brasil**. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8i8uTR0MwZY&ab_channel=TVAndradas-ANTV. Acesso em 08 de Dezembro de 2021.

ANTV. **A comunidade haitiana de Andradas faz o cultivo do feijão guandu**. Disponível em: <https://www.tvandradas.com.br/2020/06/26/comunidade-haitiana-de-andradas-faz-o-cultivo-do-feijao-guandu/>. Acesso em 08 de Dezembro de 2021.

FREITAS, João Vitor; PORTO, Gil Carlos Silveira. **Qualidade de Vida e Uso do Território por Imigrantes Haitianos no Município de Andradas (MG)**. **VI Jornada Científica da Geografia**, UNIFAL-MG, 2021.

IBGE. **Informações sobre o Haiti**. IBGE países, disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/haiti>. Acesso em 19 de Novembro de 2021.

IBGE. **Informações sobre Andradas (MG)**. IBGE países, disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/andradas>. Acesso em 09 de Novembro de 2023.

Kahil, Samira Peduti (org.) et al. **O tamanho do Brasil: território de quem?** / Samira Peduti Kahil (org.) et al - São Paulo: **Editora Max Limonad**, novembro, 2021.

MENEGHELLI, Nayara; MOTA, Thiago. **Memórias e Trajetórias de Imigrantes - David Ossanto. Projeto da Maré ao Luar**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMqF5tpnMIQ/>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Trajetórias Socioespaciais de Migrantes Internacionais e Território Usado no Brasil no Período Atual**. **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, 2021.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território E Sociedade No Início Do Século XXI**. Rio De Janeiro **Record**, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. **Editora Record**, 2000.

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO**, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. **Hucitec**. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: **Edusp**, 2009.



SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia à geografia crítica. 6 ed; **Editora da Universidade de São Paulo**, 2004.

SOUZA, Maria Adélia de. Usos do território: soberania e liberdade. Fundamentos para discussão de um Projeto Nacional (in) KAHIL, Samira Peduti (org.) et al. O Tamanho do Brasil: Território de Quem? São Paulo: **Max Limonad**, 2021.

SOUZA, Maria Adélia. A. Território Brasileiro: Usos e Abusos. **Edições Territorial**, Campinas, p. 11-26, 2003.

TORELLY, Marcelo; KHOURY, Aline; VEDOVATO, Luis Renato; GONÇALVES, Verônica Korber. Visões do Contexto Migratório no Brasil. Brasília : **Organização Internacional para as Migrações, Agência das Nações Unidas Para as Migrações**, 2017.

UNIFAL. II Colóquio sobre Migrações e Espaço Geográfico. **Programa de Pós-graduação em Geografia UNIFAL-MG**, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=H8cQI-SrsbU>>. Acesso em 22 de janeiro de 2020.